



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 193

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE JANEIRO DE 1999

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PMDB

IRONDI PUGLIESI
4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 10: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 09: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Paulo Gorski - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Cesar Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

Atos da Presidência:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do 7º do Art. 71 da Constituição Estadual, as seguintes Leis:

LEI Nº 12.102

DATA: 30 de março de 1998.

SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito CIRETRAN, no Município de Chopinzinho.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/Pr - a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), no Município de Chopinzinho.

Parágrafo Único - A CIRETRAN de Chopinzinho abrangerá os Municípios de São Jorge D'Oeste, São João, Sulina e Saudade do Iguaçu.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionários necessários para o funcionamento da CIRETRAN ficarão a cargo do Município de Chopinzinho.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito DETRAN/PR, caberá o treinamento do funcionalismo público municipal, a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Chopinzinho.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.03.98.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI Nº 12.416

DATA: 30 de março de 1998.

SÚMULA:

Altera a Lei nº 5503, de 03 de fevereiro de 1967, que criou a Caixa Econômica Estadual.

Art. 1º - Fica alterado o art. 7º, da Lei nº 5.503, de 03 de fevereiro de 1967, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito especial à Secretaria de Estado da Fazenda, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), destinado a cobrir despesas com a instalação e funcionamento da Caixa Econômica do Estado do Paraná".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.12.98.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/99

DATA: 11 de janeiro de 1999.

SÚMULA:

Autoriza, o Sr. Governador Jaime Lerner e a Sra. vice-Governadora Emilia de Salles Belinati, ausentarem-se do País. (MERCOSUL)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinando com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Ficam autorizados o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, e a Senhora Emilia de Salles Belinati, vice-Governadora do Estado, ausentarem-se do País, até 31 de dezembro de 1999, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, quando no interesse da administração, venham ser necessárias viagens com destinos a esses Países, para tratar de assuntos referentes ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.01.99.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**13ª LEGISLATURA****ATA DA 08ª SESSÃO ORDINÁRIA DO
PERÍODO EXTRAORDINÁRIO****REALIZADA EM**

11 DE JANEIRO DE 1999

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Augustinho Zucchi e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo

Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº SDR/6295/98, do Sr. Murilo Xavier Flores, Secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, comunicando Convênio com a Cooperativa Central de Crédito do Paraná - SICREDI CENTRAL/PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1197/98, do Sr. José Cid Campêlo Filho, Secretário de Estado do Governo, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Caíto Quintana, que pede esclarecimentos a respeito de valores de ações da COPEL. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 677/98, do Sr. Eduardo Rocha Virmond, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos a sobre o Relatoria da Comissão Especial de Licitação do Presídio do Ahú. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº ATCC/511/98, do Sr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre o montante de

recursos que o DECOM repassou para o Município de Jardim Alegre nos anos de 96, 97 e 98. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CTL/SEEG/461/98, do Sr. Governador do Estado restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 370/98, de autoria do Deputado Anibal Khury. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/SEEG/402, 403, 404, 405, 406 e 407/98, do Sr. Governador do Estado do Governo, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs.:

325/98: De autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Educação e Assistência Social Batista do Bacacheri, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.357. **Anote-se - Arquivo-se.**

288/96: Do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre concurso para ingresso nos serviços notariais e de registro e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou número 12.358. **Anote-se - Arquivo-se.**

572/96: Do Tribunal de Justiça, que altera a redação dos dispositivos que especifica, da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980, cria cargos de Juiz de Direito e de Juiz Substituto de entrância final e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou número 12.359. **Anote-se - Arquivo-se.**

489/98: Do Tribunal de Justiça, que suprime a alínea b do inciso V do art. 16 da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980, o qual convertido em Lei tomou número 12.360. **Anote-se - Arquivo-se.**

530/98: De autoria Deputado Anibal Khury e outros, que concede o Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à Sra. Deputada Ironi Mantovani Pugliesi, o qual convertido em Lei tomou número 12.361. **Anote-se - Arquivo-se.**

527/98: Da Comissão Executiva, que mantém a atual remuneração mensal do Governador, do vice-Governador e dos Secretários de Estado e dispõe sobre a remuneração dos membros da Assembléia Legislativa, em conformidade com preceitos constitucionais que menciona, o qual convertido em Lei tomou número 12.362. **Anote-se - Arquivo-se.**

Mensagens:

MENSAGEM Nº 001/99

Curitiba, em 11.01.99.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que a Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., criada pela Lei nº 11.714, de 19 de junho de 1997, passará a denominar-se Agência de Fomento do Paraná S.A., e dando nova redação aos dispositivos que especifica, da mencionada Lei, alterada pela Lei nº 12.401, de 30 de dezembro de 1998.

O anexo Plano de Lei consulta aos superiores interesses públicos, pois, além de atribuir à entidade em referência denominação mais tecnicamente adequada às suas finalidades, modifica a composição de seu capital social, substituindo as subscrições da BANESTADO S.A. Participações, Administração e Serviços pela CELEPAR, em igual montante e, ainda, melhor define a composição do Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná S.A., conferindo-lhe estrutura atualizada e em harmonia e compatibilidade com a atual conjuntura dos setores públicos atuantes na área.

Por outro lado, melhor esclarecendo os aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida, segue, adiante transcrita, justificativa feita pelos órgãos que relacionaram estudos sobre o assunto:

“O Governo Federal, através da Medida Provisória nº 1.773-32, de 14 de dezembro de 1998, e da Resolução nº 2.574, de 17 de dezembro de 1998, do Banco Central do Brasil, ampliou a área de atuação das agências de fomento e estabeleceu que a expressão “Agência de Fomento” deve constar obrigatoriamente da denominação social dessas sociedades.

De outra parte, os preparativos para a privatização das instituições do conglomerado BANESTADO recomendam modificar-se a composição acionária da referida agência, pelo que se propõe a substituição, como acionista minoritária, da BANESTADO S.A. Participações, Administração e Serviços pela Paraná pela CELEPAR.

No mesmo sentido, promove-se a substituição do Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A. pelo Presidente da Agência de Fomento do Paraná S.A. como membro do Conselho de Administração.

A urgência da aprovação dessas alterações se justifica pela necessidade de acelerar as providências para se dar entrada, no Banco Central do Brasil, do pedido de autorização de funcionamento da referida instituição, uma vez que estão sendo ultimados os contratos de financiamento entre a União e o Governo do Paraná para a liberação do empréstimo de R\$100 milhões destinados à capacitação da Agência de Fomento do Paraná S.A.”

Por outro, tendo em vista a urgência e relevância de que se reveste a presente matéria, solicito sua inclusão no rol daquelas a serem apreciadas no atual período de convocação extraordinária desse Poder Legislativo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüentemente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica alterada para “Agência de Fomento do Paraná S.A.”, a denominação da Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., criada pela Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997, modificando-se, em conseqüências,

todas as decorrentes citações contidas na referida Lei e na Lei nº 12.401, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 2º - Ficam alterados o inciso II, do art. 2º, o caput do art. 3º e o art. 5º da referida lei, com a redação dada pela Lei nº 12.401, de 30 de dezembro de 1998, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 2º...

II - A Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR fica autorizada a subscrever até 100 (cem) ações no total de R\$100.000,00 (cem mil reais).”

“Art. 3º - A Agência de Fomento do Paraná S.A. terá por objeto social apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, a concessão de financiamentos de capital fixo e de giro, associados a projetos no Estado do Paraná, bem como outras modalidades operacionais e de prestação de garantias admitidas na legislação federal e nas normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.”

Art. 5º - A administração social da Agência de Fomento será exercida por um Conselho de Administração, composto dos seguintes membros: Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Secretário de Estado do Governo, Presidente da Agência de Fomento do Paraná S.A., ou por representantes por eles indicados, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná - FACIAP, ou por representantes por eles indicados, presidido pelo Secretário de Estado da Fazenda, e por uma diretoria composta por 5 (cinco) membros, com competência a ser fixada em estatuto social e remuneração limitada à Secretário de Estado”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 063/98

Curitiba, em 30.12.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, em conformidade com o preceito contido no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, solicitar desse Colendo Poder Legislativo, a exemplo de procedimentos já adotados através do Decreto-Legislativo nº 002/98-ALE e de outros anteriores, autorização para meus eventuais afastamentos do País, assim como os da vice-

Governadora Senhora Emília de Salles Belinati, que, no interesse da Administração, venham a ser necessários, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, Países que, juntamente com o Brasil, integram o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

A ora solicitada autorização poderia abranger os afastamentos que ocorrerem até 31 de dezembro de 1999, fazendo-se, de cada um, prévia e expressa comunicação a essa Casa de Leis.

Certo de que a presente solicitação merecerá o necessário apoio e a conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 11.01.99.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao projeto de Lei nº 541/98, de minha autoria, que dispõe sobre prerrogativas da Defensoria Pública.

Sala das Sessões, em 11.01.99.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO Nº 2174

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 11.01.99.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar a família Schimdt, pelo falecimento do Senhor Vilson Schimdt, ocorrido no último dia 29 de dezembro de 1998, no Município de Santa Helena.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Arts. 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente a família enlutada, na Av. Curitiba, 1481, CEP 85806-060, Santa Helena - Paraná.

Sala das Sessões, em 11.01.99.

(a) PAULO GORSKI

REQUERIMENTO Nº 2171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar as famílias Caldas e Quadros, pelo falecimento da senhora Maria das Graças Caldas Quadros, esposa Dr. Mozart de Quadros, ocorrido no último dia 07 de janeiro nesta Capital.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente as famílias enlutadas, na Rua Edgard de Alencar Guimarães, 48 Bairro Cajuru, CEP 82.970-050.

Sala das Sessões, em 11.01.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Nereu Moura, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Gorski, Antonio Anibelli, Caíto Quintana e Luiz Claudio Romanelli.

REQUERIMENTO Nº 2172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, votos de profundo pesar, à família do Vereador Amadeu Pereira, da Câmara Municipal de Pato Branco, pelo seu falecimento, ocorrido no último dia 10 de janeiro, na Cidade de Pato Branco.

Do aprovado, requer ainda, seja enviado cópia à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.01.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Vereador Amadeu Pereira, da Câmara Municipal de Pato Branco, faleceu na data de ontem dia 10.01.99, por motivo de doença. Deixa viúva a Sra. Tereza Maria Stumps e quatro filhos: Jucelino, Jocemar, Juliana e Josiane. Empresário no ramo de construção civil em Pato Branco, pessoa de família tradicional, de grande estima e respeito no município, lutador, deixa o exemplo de pai e amigo a todos os que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

Obs. Endereço para correspondência: Rua Itapuã, 125 - Pato Branco-PR.

REQUERIMENTO Nº 2167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de congratulações ao Hospital Universitário Evangélico de Curitiba (HUEC), pela homenagem recebida, através de título concedido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no próximo dia 14 de janeiro de 1999, às 11:00 hs na Capela do HUEC, reconhecendo o Evangélico como Hospital Amigo da Criança.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente aos homenageados, no endereço que segue: Rua Augusto Stelfeld, 1908, Bigorrião, Curitiba - PR., CEP 80730-150.

Sala das Sessões, em 11.01.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Paulo Gorski.

REQUERIMENTO Nº 2173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao IATE Clube de Guaratuba pela passagem do seu cinquentenário de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Comodoro, Dr. Bezede Nunes Nassif Júnior, para que receba e transmita a todos os Diretores e associados, em nome deste Deputado e todo o Poder Legislativo do Estado do Paraná, as homenagens ora prestadas.

Sala das Sessões, em 11.01.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 02, o IATE Clube de Guaratuba, iniciou as festividades para comemorar com galhardia o seu cinquentenário de fundação, sob a coordenação do Comodoro Dr. Bezede Nunes Nassif Júnior.

A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo; e o espírito cansado pela labuta diária precisa de distrações que atuarão como desintoxicantes e lenitivo ao organismo exausto.

Recrear o espírito é retemperá-lo para novos embates e enfrentar novas lutas. Um arco que permanece sempre tenso, perderia sua elasticidade e tornar-se-ia inútil para o fim a que se destina.

Assim, o homem, cuja condição é trabalhar, em breve se veria inutilizado, se, por outro lado, não se entregasse ao recreio e à distração.

Se lançarmos os olhos em volta de nós, veremos que os povos que mais produzem, quer no terreno do trabalho produtivo, quer nos arraiais do espírito são aqueles que sabem dosar as horas de recreio com as da labuta diária.

Criar portanto, o IATE Clube de Guaratuba, cuja finalidade é proporcionar distração sadia ao espírito, seja pela leitura, pela música, pela arte, ou por gozos familiares, é prestar um relevante serviço social e os frutos se farão sentir diretamente no indivíduo, na família e no grupo de associados de que faz parte.

A todos aqueles que lutaram e lutam pela organização do IATE Clube de Guaratuba, os aplausos e as homenagens do Poder Legislativo do Paraná como afirmação de apreço pela grande obra que levam a cabo.

REQUERIMENTO Nº 2170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação a Exmª Srª Maria E. Paciornik, Secretária de Estado da Administração, solicitando:

1 - Especificação de todos os cargos comissionados do Estado, com os respectivos ocupantes em dezembro de 1998, bem como, os cargos que estavam vagos.

2 - Qual era o número de cargos comissionados em janeiro de 1995 e em janeiro de 1999?

3 - Qual era o valor de remuneração (em reais) de cada cargo em janeiro de 1995 e janeiro de 1999?

4 - Se houve aumento, quais foram as leis e/ou decretos usados para aumentar o número de cargos e a remuneração?

5 - O que propõe a atual administração para a contenção das despesas?

Sala das Sessões, em 11.01.99.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A imprensa, como a Gazeta do Povo de 01.12.98 página 9, tem divulgado parte das iniciativas do governo, entre as quais os cortes do número de cargos de comissão. Como Deputado Estadual, mais do que obrigação, tenho o direito de acompanhar e fiscalizar as decisões governamentais.

REQUERIMENTO Nº 2168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no Jornal O Estado do Paraná, do dia 10 de janeiro de 1999, na coluna do jornalista Vinícius Coelho, intitulada de "O PEQUENO POLEGAR", conforme anexo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Jornalista na Rua João Tscharnneri, 800, Jardim Mercês, Curitiba - PR, CEP 80820-010.

Sala das Sessões, em 11.01.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 541/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Contarão com os benefícios da gratuidade processual somente as partes patrocinadas pela Defensoria Pública Estadual, nas comarcas onde houver atuação da mesma.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.01.99.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Artigo 5º LXXIV da Constituição Federal.

Estado prestara assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Ao Estado incumbe a prestação jurisdicional aos necessitados, o que vem sendo feita por intermédio da Defensoria Pública Estadual, conforme determina a Constituição Federal. Esta Lei, evitará as cobranças indevidas de despesas e custas por parte dos Cartórios e outros profissionais, nas ações em que for parte, a Defensoria Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos últimos dias, ou vamos dizer, nos primeiros dias desse ano de 1999, a imprensa nacional, vem chamando a atenção colocando em destaque a posição de alguns dos novos governadores do nosso país, principalmente a posição de dois deles, de Itamar Franco, de Minas Gerais e de Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul.

Mas, o maior massacre da imprensa nacional e do Governo Federal tem caído em cima das propostas defendidas por Itamar Franco do PMDB e Governador eleito de Minas Gerais.

O que fez Itamar Franco para receber tamanha crítica da imprensa nacional e do Governo Federal. Simplesmente assumiu uma posição política pública, que vem em confronto com o pensamento único que tenta se impor neste País, através de órgãos institucionais a nível mundial, como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Órgãos que são instrumento da execução de uma política econômica de destruição dos países do 3º Mundo e de submissão desses países ao capital financeiro internacional.

Quem leu a coluna do Batista Nogueira, na 5ª feira, na Folha de São Paulo, demonstra bem a análise feita por economistas dos Estados Unidos chamando a atenção, que o instrumento que o órgão mais útil a eles se chama Fundo Monetário Internacional, aonde colocam de joelhos governos irresponsáveis, governantes incapazes de defender a soberania nacional, como é o caso de Fernando Cardoso e o seu Partido PSDB e PFL, Partidos que são submissos às exigências do Fundo, que nada mais é do que as exigências de Bill Clinton dos Estados Unidos e dos 7 países mais ricos do mundo.

Itamar Franco simplesmente contrariou o desejo e a política do PSDB, PFL, PTB, de alguns governadores como Jaime Lerner e Fernando Henrique Cardoso como

Presidente da República. Esta é a posição política que ele assumiu, fico imaginando se aqui no Paraná, não tivesse sido reeleito Jaime Lerner e um outro governador fosse eleito, se não estaria hoje fazendo quórum a Olívio Dutra e a Itamar Franco, e tomando posição o mesmo lado porque este Estado foi falido por Jaime Lerner, que não consegue dizer "não" à nenhuma instituição internacional, que quer nos impor a sua política.

Ainda hoje, na CCJ votamos a venda do Banco Del Paraná e o fechamento da agência do BANESTADO em Nova York. Por exigência de quem? Fundo Monetário Internacional. Está colocado no último acordo assinado entre o Governo Fernando Henrique e o Fundo Monetário Internacional. E Lerner faz quórum ao que diz Fernando Henrique, é totalmente submisso ao Poder Central, tanto é que diz que vai cumprir com todos os acordos assinados, porém foram assinados por ele mesmo entregando este Estado, vendendo este Estado.

Não esperaríamos outra posição dele em relação ao que estão assumindo Itamar e Olívio Dutra.

Quero aqui dizer que nós, como Deputado Estadual e, em Brasília, como Deputado Federal, defendemos estas propostas políticas que hoje vem sendo defendidas principalmente por Itamar e Olívio Dutra. Faremos coro a estes dois Governadores porque enquanto formos submissos se destrói o nosso Estado, aumenta-se a miséria, qualquer um dos Senhores Deputados sabem como o Paraná está se tornando miserável ano após ano e nos últimos quatro anos a miserabilidade, a pobreza do nosso Estado aumentou muito mais e a concentração de renda na mão de poucos que estão cada vez mais ricos. E isso, porque o nosso Governante de joelhos se submete a todas as exigências do capital internacional através do Fundo Monetário Internacional. Não se contrapõe ao pensamento único como vem fazendo estes dois Governadores, e nós apoiamos a política tanto de Itamar como de Olívio Dutra e a que Zeca do PT também vai acompanhar assim como Jorge Vianna. Eles devem acompanhar estas propostas políticas de ruptura com este pensamento único para poder Governar em função da maioria e não da minoria, porque nem tudo que se diz que é bom para o Paraná, como diz o Governador Jaime Lerner, é bom para o Paraná, mas para a elite paranaense. Não é bom para a classe trabalhadora paranaense.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Senhor Presidente, Srs. Deputados!

Queria chamar a atenção de Vs.Exas. porque vou relatar um fato da maior gravidade porque na condição de Deputado Estadual eleito e exercendo este mandato que termina, Deputado Alborghetti, no dia 31, tenho tido a consciência tranquila de ter feito o meu dever, exercendo com independência e com muita firmeza este mandato que o povo nos conferiu.

Pois os senhores sabem que no início deste mês, na semana passada esta casa recebeu mais uma vez na sua Ordem do Dia, por deliberação do seu Presidente, a

famosa Lei Orgânica do Ministério Público. E, porque digo famosa? Porque se o Ministério Público é merecedor de toda a nossa confiança e respeito, por outro lado entendendo como cidadão e como Parlamentar, que é imprescindível que, quando se manda uma lei de tamanha importância, que exorbita, na minha avaliação em relação às atribuições que o Ministério Público tem e que são tão importantes e definidas constitucionalmente como fiscal da lei que é, mas que, por excesso talvez, se manda uma lei a esta Casa e obviamente, se esta Casa votar esta lei estará dando esta atribuição que é excessiva porque poderá o Ministério Público instalar sindicâncias em todos os Poderes exorbitando das suas funções sem falar em tantas outras questões.

Algumas questões foram modificadas porque pedi vistas da Comissão de Constituição e Justiça e me insurgi, confesso, contra esta Lei Orgânica que tem que ser profundamente analisada e debatida por esta Casa, pelo menos por aqueles Parlamentares que têm uma formação da legalidade do direito, fundamentalmente aqueles que têm uma visão da cidadania, que se por um lado é imprescindível um Ministério Público forte, por outro lado é indispensável as prerrogativas dos Deputados Estaduais, dos membros do Executivo e do Poder Judiciário sejam mantidas. Não pode a lei desequilibrar, desestabilizar o relacionamento harmonioso que deve existir entre os Poderes constituídos desse nosso Estado.

Por isso quero dizer a V.Ex^{as}., que para minha surpresa, recebi sexta-feira dia 07, um ofício datado do dia 14 de dezembro de 98, assinado pelo Procurador Geral da Justiça o Dr. Gilberto Giacóia, pessoa que sempre prezei muito. Mas fundamentalmente o seguinte o Dr. Gilberto Giacóia me envia um Ofício de nº 2067, onde ele me dá conhecimento de um pedido de providências de nº 317/95, que visa apurar irregularidades administrativas no Município de Itapira, referente a contratação ilegal de 20 servidores onde constam indícios de eventual participação do então Diretor Presidente da COHAPAR, o que se constata dos convênios por ele assinados com o referido Município, a fim de que V.Ex^a querendo no prazo de 15 dias pense a respeito das informações a ele pertinentes.

Ora! Esses convênios sendo os convênios de contratação de mão de obra especializada que a COHAPAR faz de profissionais das mais diversas áreas. Esses convênios foram devidamente analisados pelo nosso Tribunal de Contas, e o Diretor Presidente da COHAPAR não é responsável pela contratação do servidor, mas fundamentalmente, o mérito dessa questão não é uma questão que me incomoda como cidadão, nem como Parlamentar, nem como ex-Presidente da COHAPAR. O que me preocupa na prática objetiva é que termino o meu mandato no próximo dia 31, mas os colegas que irão continuar, que conhecem toda a história da tramitação dessa Lei Orgânica do Ministério Público, tem que ficar consciente da responsabilidade que paira sobre cada um dos Deputados. Porque um dos argumentos que usei no momento em que

me contrapus a Lei Orgânica da forma que com que ela está especificando determinadas atribuições. Dizia o seguinte não me preocupa Dr. Giacóia, Dr. Hélio Corregedor Geral, ex-Corregedor o Sr. Olímpio, disse a eles, que não me preocupa os Procuradores, aqueles que têm uma visão superior da Administração Pública e do Direito. Me preocupam o Promotor Público no exercício de prerrogativas, dentro da Comarca onde ele não tem na verdade nem um poder moderador. Esta é a minha preocupação e desta lei. E para a minha surpresa o Dr. Gilberto Giacóia, por quem confesso tive uma pequena torcida em relação a sua vitória dentro da luta que foi no Ministério Público, pela sua simplicidade, pela sua firmeza, pela sua posição sempre muito cortês. Me parecer que está sendo dirigido por alguém, algum ideólogo certamente, vejo por trás dessa correspondência no sentido de querer me intimidar ou de intimidar a esta Casa.

É por isso que torno pública essa ameaça, embora ela seja visível, mas é uma ameaça que quer intimidar um Deputado que exerceu e exerce o mando até o seu último minuto com a independência, sem temor e sem ter que prestar reverência a ninguém. Até porque, isso aqui todos sabem, não tenho "rabo preso" com ninguém e posso, sempre pude fazer dessa tribuna o exercício pleno desse mandato de Deputado Estadual. Aqui enfrentei os mais poderosos e esses sempre me respeitaram. Confesso que não esperava ao terminar o mandato, receber uma ameaça do Ministério Público, um ofício que me foi enviado pelo Dr. Giacóia, dele eu não esperava esse tipo de comportamento.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Luiz Claudio Romanelli, ouço seu pronunciamento quanto a esse expediente do Ministério Público. Temos uma posição clara com relação a essa votação que eles queriam que fosse votada nos últimos dias do ano no afogadilho. O que estranho é que o Poder Público tenha essa atitude, e notamos que é de represália a Vossa Excelência por ter assinado um requerimento para retirar o projeto da Ordem do Dia. É lamentável essa atitude, mas Vossa Excelência pode ter certeza, que tem a solidariedade dos Deputados. E, no momento em que formos votar essa questão lembraremos muito bem dessa atitude na presença deles aqui, porque temos que fazer valer essa Casa. Somos um poder e temos que ser respeitados. Como respeitamos o Poder Judiciário queremos que o Legislativo também seja respeitado. Vossa Excelência é um Deputado que merece todo o respeito e pode contar com a nossa solidariedade.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Muito obrigado Deputado Valdir Rossoni.

Para mim é fundamental termos essa consciência. As palavras do Líder do Governo Valdir Rossoni são extremamente confortadoras. tenho certeza que esta Casa

saberá estar vigilante em relação a discussão dessa lei e não vai se subordinar e não vai dobrar sua espinha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Quero dizer a Vossa Excelência que, não foi Vossa Excelência que pediu a retirada do projeto por dez sessões, foi a maioria dos Parlamentares. Ele retorna à Comissão de Constituição e Justiça, vai sofrer uma série de emendas. Concordo também com o Deputado Valdir Rossoni. Esse parlamento é um parlamento democrático; cada Deputado que está aqui foi eleito pelo voto eletrônico ou voto na urna. Quem nos trouxe aqui é quem paga os nossos salários. E quem não é "gigolô" do dinheiro público não tem o que temer do Ministério Público. Não tem o que temer do Poder Judiciário. Não tem o que temer da Polícia, seja ela civil, militar ou federal. Estamos aqui por uma vontade soberana, somos empregados do povo, somos Deputados do Estado do Paraná, o Paraná não é cocheira, não é estado de bananas! Aqui nesta Assembléia não tem bananas, aqui são homens de respeito, homens de caráter presididos por um homem digno, honrado como é o Deputado Anibal Khury.

Digo aos senhores: sem o Poder Judiciário, sem o Ministério Público perdemos as asas das nossas liberdades constitucionais. Agora, presta atenção Deputado Nereu, no meu pronunciamento. No meu primeiro mandato Deputado Nereu, no meu primeiro mandato junto com o Deputado Valdir, entrei com um Projeto nesta Casa e me chamaram de louco, diziam que eu viviam em primeiro mundo e que nós estávamos em terceiro mundo. Entrei com um projeto e o Deputado Algaci Túlio, pedindo que cada delegacia de polícia do Paraná tivesse uma sala para uma psicóloga, para uma assistente social e para um representante do Ministério Público. Porque o Ministério Público tem que acompanhar sim as ações da polícia, mas acompanhar dentro dos seus méritos, dentro da sua legalidade.

Quando um policial comete uma falha, um roubo ou está metido em maracutaia, em canalhices para isso temos a corregedoria da Polícia Civil do Estado do Paraná. O Promotor está ali, na sala, para acompanhar as vítimas de crimes violentos, está ali para acompanhar se o seu filho, o meu filho foi preso indevidamente, temos ali um Promotor que representa a guarda do seu filho, do meu filho, das nossas famílias.

Quando entrei com este projeto, na época, o meu amigo, meu compadre, Governador Álvaro Dias não quis o projeto porque gastava-se muito dinheiro, fui chamado ao Palácio e me disseram: "Alborghetti, você sonha com

um país de 1º Mundo". Falei: Mas meu Deus, vamos continuar eternamente nos países de 3º Mundo! Por que não? Fui derrotado.

Então vem agora a Lei Orgânica. Pelo que dá para sentir nesta Lei Orgânica. Ela tem que ser votada? Tem. Mas ela tem que ser reparada. Ministério Público - Ministério Público. Poder Judiciário - Poder Judiciário. Assembléia Legislativa - Assembléia Legislativa. Governo - Governo. Ordem dos Advogados - Ordem dos Advogados. Porque do jeito que está a mensagem eles podem entrar aqui e prender os Senhores e levarem algemados. Pensem bem, leiam bem o projeto. Analisem bem. Então quero dizer aos Senhores: nós precisamos repensar este projeto. Falei com o Dr. Gilberto Giacóia, ele disse que queria ir ao meu Gabinete, ao Gabinete de todos os senhores e explicar o que é o projeto. Mas a análise tem que ser fria. Temos que mudar uma série de itens nesta Lei Orgânica. O Ministério Público tem que ser respeitado sim senhor, porque, sem ele, nós perderemos as asas da nossa liberdade constitucional.

Agora, não posso conceber que o Deputado Romanelli receba um ofício como se fosse uma ameaça, não é por aí! Tivemos um regime democrático, já se foi a ditadura maldita que calou a boca do parlamento desse País, que calou a boca da imprensa deste país, falo isto como jornalista, que calou a boca dos nossos filhos, das nossas esposas, que calou a boca dos nossos pais. Então, temos que respeitar sim o Poder Judiciário, temos que respeitar sim o Ministério Público, temos que respeitar sim a Ordem dos Advogados do Brasil, temos que respeitar a melhor polícia federal do Brasil que está no Paraná, a melhor polícia civil do Brasil que está no Paraná, a melhor polícia militar do Brasil que está no Paraná, mas temos que respeitar também os Deputados Estaduais eleitos pelo voto do povo do Estado do Paraná. Esta Casa é democrática, esta Casa é inviolável, "inviolável". Quando um Deputado cometer uma falcatura, uma corrupção, nós é que devemos nos unir e dizer se ele tem que ser casado, ou tem que ser quebrada a sua imunidade parlamentar para que ele seja processado, não o Ministério Público. Nós, cada um dos senhores, é quem deve julgar o comportamento dos Senhores Deputados deste Parlamento.

Então, quero dizer ainda, mudando, temos que mudar a lei? Temos. Temos que repensar essa lei? Temos. Mas prestem bem atenção senhores, cada qual no seu lugar. Ministério Público no seu lugar, Poder Judiciário no seu lugar, Ordem dos Advogados do Brasil no seu lugar e este parlamentar no seu lugar. Aqui, os senhores não vieram a troco de banana. Aqui, os senhores vieram com o voto sagrado do eleitor. Os senhores não são empregados do Governador Jaime Lerner, os senhores não são empregados do Presidente desta Casa e nem da Mesa Diretora, os senhores são empregados do povo do Paraná, quem paga o salário dos senhores e o meu salário é o povo do Paraná, e nós só temos o rabo preso com os nossos eleitores e com o povo do Paraná.

Vamos reavaliar, vamos reestruturar esta Lei Orgânica e tenho certeza, com a ajuda do Deputado Caíto Quintana, já conversei muito com ele, conversei com o Deputado Anibal Khury, trocamos idéias, a Comissão de Constituição e Justiça vai se reunir, e tenho certeza que esta lei passará na Assembléia, mas vai sofrer uma série de Emendas, para que este Parlamento seja respeitado, como respeito o Ministério Público do Paraná, como respeito o Juiz, a Juíza, respeito o Promotor, a Promotora, mas temos que respeitar o Deputado Anibal pai, o Deputado Anibal avô, o Deputado Anibal marido, temos que respeitar o Deputado Duílio Genari pai, o Deputado Orlando Pessuti pai, temos que respeitar o Deputado Caíto Quintana pai, temos que respeitar todos os senhores deputados aqui como pais, como maridos, e acima de tudo como Parlamentares.

Os senhores. exercem uma função nesse parlamento que é, não de fazer requerimentos, não só de fazer projetos, mas sim de fiscalizar o orçamento do Estado do Paraná, fiscalizar o Governo do Estado do Paraná, para que ele aplique o orçamento no conjunto do mapa do Estado do Paraná, que para mim representa o mapa que é progresso, a redenção da nação brasileira, mas acima de tudo, temos que fiscalizar o governo para que aplique na família, aplique na área da cidadania e da justiça social.

É isso que queria dizer aos srs. Parabenizo o líder do Governo, Deputado Romanelli, mas não podemos nos esquecer jamais, vamos mudar a lei? Vamos! Mas não podemos nos esquecer “sem o Poder Judiciário, sem o Ministério Público, nós não perderemos as asas das nossas liberdades constitucionais”, mas cada qual no seu canto, com o devido respeito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti:

O Sr. Orlando Pessuti

Sr. Presidente, Srs. Deputados!

A guerra do topete, como a gente poderia assim denominar, estabelecida pelo Governador do PMDB Itamar Franco, está servindo para que algumas verdades venham a conhecimento do povo do Paraná.

A questão de uns trinta dias atrás, nesta Casa, debates bastante acalorados e até provocações da Liderança do Governo e da liderança do PMDB aconteceram, acerca da história das dívidas do Paraná, acerca do endividamento do Estado. E, fruto desta declaração de moratória bastante oportuna por parte do Governador Itamar Franco porque mexeu com toda uma estrutura brasileira, porque mexeu de novo com o Senado, com o Ministério da Fazenda, e poderemos todos nós termos uma clareza de como andam os endividamentos dos Estados de modo geral e se as negociações realmente foram feitas obedecendo critérios semelhantes ou iguais para todos.

Nas publicações dos jornais neste fim de semana, tive a oportunidade de ler no “Jornal do Brasil” a relação

dos Estados que renegociaram as suas dívidas e os valores que foram negociados. E, pude lá rapidamente constatar que São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro sozinhos são responsáveis por mais de 82% da dívida dos Estados perante a União.

Pude lá constatar, na leitura que fiz do “Jornal do Brasil”, da “Folha de São Paulo” e outros periódicos, que o Paraná tem uma dívida renegociada de alguma coisa em redor de 400 a 500 milhões de reais. Ouvi, também, da autoria do próprio Governador Jaime Lerner, dizendo que ele honraria a negociação e que os pagamentos desta dívida renegociada seriam feitos por ele mas que a dívida não era do seu Governo e sim de Governos anteriores.

Muito bem! Os Governadores anteriores deixaram ao Paraná um “pepino”, se assim poderemos dizer, da ordem de 400 milhões de reais, que é a dívida que o Paraná renegociou junto ao Poder Público Federal, por 30 anos com juros de 6% ao ano mais a variação do (IGPDI)?

Então, fica claro mais uma vez que não foram os Governos do PMDB ou os Governos que antecederam o PMDB que colocaram o Paraná numa situação de dificuldades extrema como aquela que se viu colocado no final do ano, onde para pagar o salário e o 13º teve que se desfazer de parte do seu patrimônio. Então, a própria afirmação do Governador e a própria demonstração da relação dos Estados que devem, e quanto devem, comprovam que o PMDB teve, enquanto no Governo, zelo pela coisa pública e não endividou este Estado como alguns pretendem passar à opinião pública.

Opinião pública também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que muitas vezes é levada a acreditar em coisas que não aconteceram ou que não foram realizadas por este governante que hoje ocupa o Palácio Iguaçu.

Uma propaganda que está sendo veiculada na televisão do Paraná diz que nos últimos quatro anos o Paraná recebeu uma leva muito significativa de estrangeiros que para cá vem agora, não para trazer a sua força de trabalho, mas para trazer os investimentos. E nesta mesma propaganda, sem se caracterizar com a clareza que se faz necessária, se afirma: “O Governo construiu o Aeroporto Afonso Pena”. Não foi o Governo Jaime Lerner quem construiu o Aeroporto Afonso Pena, foi o Governo Federal, uma obra negociada inicialmente pelo Governo de José Richa, passou pelo Álvaro Dias, pelo Requião, e foi inaugurada nesse Governo, mas quem construiu o Aeroporto Afonso Pena não foi o Governo do Estado do Paraná. Diz lá, também, o Governo construiu cinco mil quilômetros de rodovias pavimentadas, também não diz...

(Solicito que o Sr. Presidente me autorize a usar o Horário da Liderança do PMDB)

... também não diz a propaganda que esses cinco mil quilômetros certamente foram pavimentados na gestão de Jaime Canet Junior, ou na gestão de Álvaro Dias, ou José Richa, ou até mesmo na gestão de Requião que não asfaltou muito, mas recuperou milhares de quilômetros das rodovias do Estado do Paraná. Então, muitas

vezes a opinião pública é levada a acreditar em coisas que não são verdadeiras, por uma propaganda que certamente é uma propaganda tendenciosa e que leva, certamente, a enganar a população do Estado do Paraná em cima de coisas que não aconteceram.

Quando aqui dizíamos, e éramos contestados pelo Deputado Valdir Rossoni, de que os Governos do PMDB não endividaram o Estado, não quebraram o Estado, ele afirmava o contrário, dizendo que os Governos do PMDB é que assim tinham agido. A resposta veio do próprio Governador que diz vai pagar normalmente essa dívida renegociada, e a resposta está nos relatórios divulgados pelo Sr. Eduardo Guimarães, diretor do Banco Central que mostra lá o Paraná participando com 0,53% apenas das dívidas dos Estados perante a União, com uma renegociação de qualquer coisa ao redor de quatrocentos e poucos milhões.

O Sr. Valdir Rossoni

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

V. Exa. se refere à questão do endividamento do Estado, só vou me apegar aqui a um ponto, onde contradiz todo seu posicionamento e aonde nós provamos aqui que a dívida invisível deixada pelo seu Governo é muito maior do que a dívida que temos com o sistema bancário nacional ou internacional.

Quando seu Governo, e há poucos dias nós corrigimos a rota, esses dias criamos aqui o Fundo Previdenciário do Estado, quando o seu Governo irresponsavelmente transformou 50 mil celetista em estatutários. Esses 50 mil funcionários que contribuíram para a Previdência em uma canetada o Governador da época, do seu partido, transformou em estatutário, fazendo hoje os cálculos autorais, os cálculos de hoje, o haver que o Governo do Paraná tem e que teria sido negociado lá quando ele tomou essa medida, só essa medida de transformarmos 50 mil celetistas em estatutários, trazendo a responsabilidade ao Estado e nada exigindo do Governo Federal, só isso cinco bilhões.

Se formos para o segundo item, quando o seu Governo, também, extinguiu o Fundo Previdenciário do Estado e que se hoje tivéssemos aquele fundo capitalizado, recolhido corretamente, nós teríamos, sem sombra de dúvida, no caixa deste fundo mais de um bilhão, somando cinco bilhões dos celetistas, porque o nosso Governo teve a competência de entrar na justiça para questionar o Governo Federal deste débito que ele tem com o nosso Estado, se formos somar, mais a extinção do Fundo Previdenciário que o Vosso Governo fez uso daquele dinheiro naquele momento ao extinguir o Fundo Previdenciário do Estado, só esse furo, Deputado Pessuti, já somam-se seis bilhões.

Se formos pegar agora o BANESTADO, e V. Exa. é Doutor em BANESTADO, pelo que tenho sentido, e os levantamentos que temos aonde 33% das dívidas e da parte podre que hoje o BANESTADO tem de dívidas per-

didadas, 33% se pegarmos os quatro bilhões são mais um bilhão e meio. Se somarmos tudo isso vai dar sete bilhões e meio. Uma herança invisível deixada pelo Governo que V. Exa. tanto procura ali daquela tribuna defender. E o último item que digo para V. Exa., e a dívida visível que o Governo deixou, se formos agora capitalizar com mais os juros que pagamos, imagine aonde chegaríamos com essa dívida.

O que V. Exa. jamais pode esquecer que quem governou o Paraná antes do Governador Jaime Lerner e que cometeu esses erros históricos que custa caro a sociedade Paranaense hoje, foi o Governo de V. Exa. Faço este retoque ao seu pronunciamento. Sei da sua competência, reconheço que V. Exa. tem o interesse de defender o seu Governo e deve defendê-lo. Mas olhe Deputado Pessuti, se formos a fundo nessas questões fica indefensável.

Muito Obrigado!

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Valdir Rossoni, ouvimos com atenção o aparte de V. Exa. e evidentemente não o aceitamos como retorque ao nosso pronunciamento. Porque o nosso pronunciamento não merece receber um retorque eivado de tantas mentiras, e tantas tentativas de calúnia como busca V. Exa. fazer, e ironia de V. Exa. quando se refere ao Banco do Estado do Paraná, tentando passar a esta Casa de uma forma sorrateira, que não é costume de V. Exa. agir sorrateiramente, porque vem para briga na boa discussão que sempre desenvolve nesse Plenário. Mas tenta passar a esta Casa uma imagem de que teríamos nos beneficiado nos locupletados junto ao Banco do Estado do Paraná. Em nenhum momento isso aconteceu.

Sr. Presidente, o Deputado Valdir Rossoni parece que está obcecado com a questão do Fundo de Previdência. Ele parece que realmente o maior crime que cometeu o Governador Roberto Requião foi trazer para a estrutura, para o amparo do Poder Público Estadual os mais de 54 mil celetistas que tinha no Paraná. E ele próprio veio recentemente aqui defender o Fundo de Previdência, dizendo que era necessário o Fundo de Previdência, porque era uma garantia para os servidores.

Por que hoje então ela defendeu o fundo de Previdência e ele votou contra a instituição do Fundo de Previdência, depois votou contra a sua extinção? Que coerência é essa! E agora vem aqui defender a criação do Paraná Previdência nos moldes que foi criado. falamos com números. essa história de números invisíveis, é só para os programas de mágica que estão sendo aí agora, devidamente desmascarados pela televisão. Essa questão de dívida invisível, é quem não tem argumentos e não tem dados oficiais, para mostrar que vem com essa conversa boba para dizer que dívida é invisível.

Quando dissemos, falamos, publicamos, e estamos mostrando que deixamos o Governo do Paraná, numa sequência de bons Governos com uma dívida de um bilhão, trezentos e noventa e quatro milhões. E que o Paraná deve ter fechado este ano com cerca de oito bilhões, não fechou

com dez porque o BNDES não concedeu o empréstimo de dois bilhões. Falamos, mostramos onde está o furo. Dizer que o BANESTADO era isso ou aquilo.

O Presidente que V. Exa. aplaudiu na sua posse, que foi nomeado pelo Governador Jaime Lerner Luiz Antonio Fayet, Parlamentar e Diretor da CODEPAR e do BADEP que foi afirmou no dia 09 de janeiro em reportagem no jornal "Gazeta do Povo" que recebia o Banco do Estado do Paraná em perfeita condições. Sobre esse assunto poderemos falar amanhã.

Quero apenas falar um ou dois minutos a cerca de um assunto que o Deputado Antonio Annibelli está distribuindo à imprensa do Paraná sobre o PARANAPREVIDÊNCIA. Para ver mais uma vez como as coisas acontecem nesse Estado do Paraná.

O Governo do Estado, através o Ofício nº 438 informa a Casa que vetou o Artigo nº 118. Afirma que não pode vetar parcialmente. Pois bem, vetou para impedir que os aposentados, com mais de 70 anos, pudessem ter o benefício de não descontar a previdência. Mas, ao vetar o Artigo 118 o Governador deixou de revogar a toda a legislação que precisava revogar para colocar em funcionamento o PARANAPREVIDÊNCIA.

Veja a confusão que fez. Revogou a revogação. Porque a emenda do Deputado Antonio Annibelli diz:

(Lê):

"Esta lei ao vetar esse artigo deixou de revogar todas as disposições em contrários que estavam contidas nesse acordo. E nem coloca em vigor a lei do PARANAPREVIDÊNCIA. Vejam a pequena grande confusão que criou o Governo no último dia 30 ao vetar o Artigo 118 revogando aquilo que tinha sido revogado. O Deputado Antonio Annibelli manda hoje à imprensa do Paraná um "realising" fazendo um comentário, mas como ele não chegou até o presente momento, na condição de Líder da Bancada, faço em nome do Deputado Antonio Annibelli o registro da revogação daquilo que tinha sido revogado e da permanência em vigor dos benefícios aos aposentados. Concedo um aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana

Apenas nesse item que V. Exa. está falando, realmente tinha uma emenda nesse projeto que excluía uma dessas leis que está sendo revogada pelo projeto original do Governo. A argumentação nessa Casa foi que, não se aceitasse a emenda e ela não foi votada. Mas foi votada a emenda do Deputado Antonio Annibelli.

Chamo a atenção para aquilo que o Deputado Orlando Pessuti está dizendo na tribuna. No instante que o Governo revogou o Artigo 118 ele vetou o Artigo inteiro. Porque o original vindo do Governo já não existia mais, porque ele teve uma emenda substitutiva do Deputado Antonio Annibelli. Como não pode regimentalmente fazer um veto de expressão, tem que ser o artigo inteiro ou o parágrafo, revogando o artigo inteiro, ele revogou a revogação das outras leis.

Portanto, esta lei está capenga e terá que ser, de uma forma ou de outra, ajustada aqui neste Plenário sob pena de obrigar a Assembléia Legislativa votar contra o veto do Governo como única forma de recuperar o texto da lei.

Muito obrigado.

O Sr. Orlando Pessuti

Ao finalizar, em nome da Bancada do PMDB manifestamos a nossa solidariedade ao Deputado Luiz Claudio Romanelli no que diz respeito ao Ofício recebido da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

No Horário da Liderança do PDT concedo a palavra ao Deputado Edgard Bueno.

O SR. EDGARD BUENO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero usar este espaço da Liderança do PDT para falar da inutilidade do kit obrigatório aprovado por uma lei em maio de 98, pelo CONTRAN. Todos os Srs. sabem que hoje ao adquirir um automóvel no Brasil, um carro ou um caminhão, apenas 20% do custo é o que significa o custo de um carro no Brasil. Em torno de 80% são os impostos cobrados pelos Governos Estaduais e pelo Governo Federal. E este dinheiro e mais o IPVA dizem que é para a melhoria das estradas, para que as estradas possam dar segurança necessária para que os motoristas possam trafegar livremente e com condições de segurança. E este kit inventado, obriga mais de 27 milhões de carros no nosso País, a andarem com este kit que, na minha visão, é inútil e não traz nenhum benefício à saúde de um suposto acidentado.

Esses 27 milhões de automóveis provocam a comercialização de 270 milhões, aproximadamente, do comércio das farmácias, enfim, daqueles interessados e aquelas indústrias que fabricam esses elementos obrigatórios do kit. Além do mais, com esses 270 milhões, quantas centenas de hospitais poderiam ser equipados para poder dar pronto atendimento, socorro e com condições e capacidade, com profissionais para poder dar atendimento adequado aos motoristas ou enfim àquelas pessoas acidentadas.

Então quero registrar, aqui, na Assembléia Legislativa e tenho certeza absoluta que a maioria dos Srs. Parlamentares concordam comigo, no sentido de que o kit não traz absolutamente nenhuma segurança, apenas dá a sensação de segurança. Mas não serve para absolutamente nada na hora de um desastre, na hora de atender pessoas acidentadas.

Queria dizer também que o novo Código de Trânsito Nacional, que tem muitas coisas boas, existe uma divulgação maciça de que diminuiu 30% os acidentes nas estradas. Então concordo, realmente, que algumas coisas são boas. Mas o kit é uma das maiores piadas que os bra-

sileiros tem que engolir, pela falta de sensibilidade daqueles que imaginaram que um kit com esparadrapo e uma tesoura, possa trazer algum tipo de segurança a um acidente de trânsito.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Ontem, Deputado Edgard Bueno, no "Fantástico", o criador do kit deu uma entrevista à Rede Globo e disse o seguinte: Que o kit realmente não foi válido, ele que criou o kit, para os homens que dirigem o CONTRAN. Então, ele lamentou, profundamente, que não houve um merchandising, um testemunhal nas redes de televisão explicando o kit.

Em primeiro lugar, há quatro anos atrás, me dirigia de Curitiba a Matinhos, e no trajeto, minha Sra. falou: Benzinho, olha só uma moto voando no céu! Inclusive, prestei depoimento agora na Justiça. E falei aonde? E como praticamente não enxergo muito bem, troquei o óculos na hora e procurei observar onde estava a moto voando. E falei: acelere o carro que aconteceu alguma tragédia.

Quando chegamos no local, Alexandra-Matinhos, vi uma perua Ômega parada, fui o primeiro a chegar, desci e vi um senhor aqui da região de Castro, um senhor muito bem de vida. Cheguei perto dele e perguntei o que aconteceu. Aí, a primeira coisa que me pediu foi para ver se a sua senhora estava bem. Aí, dei a volta e olhei, a senhora estava morta.

Para não assustá-lo, falei: Olha, meu senhor, a sua senhora está desmaiada, e voltei. Aí ele olhou bem para mim e falou: Por favor, me tire o carro! E eu disse: Não, não posso tirar o senhor do carro, primeiro a porta não abre, e mesmo que a porta abrisse, não tenho condições, não sou médico, não sou paramédico, não sou enfermeiro para tirar o senhor do carro, porque não sei o que aconteceu dentro do seu organismo.

Aí, parou um ônibus de gaúchos que vinham do Rio Grande para conhecer o nosso Paraná, e desceu aquela gauchada toda alegre, mas triste ao mesmo tempo, e todo mundo querendo abrir a porta do carro. Quando olhei, vi pedaço de perna, pé, braço, tudo espalhado na rodovia. Aí vi um pedaço de um carro importado e vi uma perna, mas o que aconteceu aqui?

Aí, comecei a andar num matagal e vi uma senhora morta, vi dez mortos. Aí vi um rapaz falando, Alborghetti me ajude! E falei: você é o dono do carro? O que você fez, rapaz? Você matou tua família inteira! Você cometeu um assassinato aqui! Pois é, eu não sei, respondeu ele. Você deveria estar vindo numa alta velocidade. Ah! Mas me tira daqui, eu não quero morrer! Falei: não, não vou colocar a mão em você.

Depois, voltei para a pista e falei para a minha senhora: avisa a polícia rodoviária. A Maria Auxiliadora, que o Pessuti conhece desde criança, pediu para a Polícia Rodoviária mandar uma ambulância. Bom, até chegar

esta ambulância, Deputado Edgard! Chegou uma ambulância, aquilo não era ambulância, aquilo era um refugio, uma lata velha, mas quando voltei no carro, lamentavelmente, um caminhoneiro e uns gaúchos tinham tirado um senhor do carro e colocado ele no chão. Quando vi, me deu uma crise de nervos, falei: vocês não podiam ter mexido neste senhor, vocês não tinham autoridade para mexer nesse senhor. Bom, daqui a pouco chegará a tal ambulância, também não tinha médico, não tinha ninguém, até chegar o SIATE de Curitiba foi uma demora. Colocaram os dois o que provocou o acidente está vivo, o que tiraram do carro, o senhor que perdeu a senhora, que mora em Castro, faleceu após 3 dias. Se não tivessem tirado ele do carro, estaria vivo. Os médicos chegaram ali e este kit não ia resolver nada porque esta semana fui numa farmácia ver qual é o kit e não tem nada dentro dele a não ser uma grande picaretagem. Quem é que está levando dinheiro por trás desta grande picaretagem que lançaram nesta republiqueta de bananas? Pergunto a V.Exa. Não conheço marca de carro mas fui ver uma Mercedes, um BMW, Cheroquee, Audi e eles já vem com um Pronto-Socorro numa caixa lacrada com plástico e quando abri fiquei apavorado porque aquilo sim era kit de primeiros socorros. Tem até tesoura cirúrgica. Comparei o kit da picaretagem de Brasília: É uma vergonha!

Em segundo lugar, falta ali uma água oxigenada, um mercúrio, um mertiolate. Não tem lógica porque quando viajo levo tudo isso. Sou perfeccionista porque se acontecer um acidente você sabe como lidar.

A Globo fez uma matéria no Jornal Nacional estes dias, o Paulo Henrique Amorim fez no Jornal da Bandeirantes e o Boris Casoi fez na RECORD, parece que todos no mesmo dia. Entrevistaram centenas de homens e mulheres e ninguém soube usar as ataduras, as luvas. Se precisar cortar o cinto de segurança aquela tesoura não corta. Tenho uma tesoura para isto.

Então, parabéns V.Exa. e é uma pena que a nossa voz não saia deste concreto e espero que os Deputados que foram eleitos e que estão indo para Brasília como o Dr. Rosinha e outros, fizessem uma CPI porque se precisa averiguar esta picaretagem. Por que o Governador Jaime Lerner não solta um decreto proibindo que se multe isso aí, imediatamente, como fez o Governador do Rio de Janeiro e outros Governadores do Brasil?

Meus parabéns! E, dia 18 de fevereiro eu estréio o meu novo programa na CNT e tenho certeza que vou falar muita coisa que Brasília não vai querer ouvir.

Muito obrigado!

O SR. EDGARD BUENO

Gostaria de agradecer o aparte do Deputado Alborghetti. Muito interessantes as suas colocações e, na verdade, além da picaretagem comercial que existe por trás do kit, existe uma onda de outro tipo de corrupção nas estradas.

Motoristas com medo de pagar R\$115,00 de multa e ainda mais 5 pontos na carteira, estão pagando de pro-

pina para alguns maus policiais, em torno de R\$50,00 e em alguns Estados já se discute a cobrança de R\$80,00 de propina.

Então, se cria uma rede de corrupção no País por atitudes mau pensadas, por atitudes que não contribuem com a segurança da sociedade. lembrando desse acidente que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti presenciou gostaria de dar o meu depoimento aqui, meu caro Deputado: Há uns doze, treze anos atrás, me envolvi num acidente grave na BR de Santa Catarina, vindo de Porto Alegre para o Paraná, e o motorista do outro carro, que tinha menos segurança, o nosso era um Gálaxe, tinha bastante segurança, era um Coronel reformado do Exército, veio a falecer na hora. No nosso carro tínhamos cinco pessoas, as quais todas gravemente feridas, algumas que conseguiram sair do carro, deitadas no asfalto, e mais de cem pessoas se aglomerando e assistindo sem saber absolutamente nada o que fazer, todos mobilizados pela emoção, pelo choque. E uma santa senhora, graças a Deus apareceu e gritou, muito alto para todos ouvirem, o que vocês estão fazendo que ainda não levaram essa gente para o hospital. O grito daquela senhora fez com que todos se mobilizassem e nos levassem para o hospital em Itajaí. E graças a Deus e a essa boa vontade, todos se recuperaram de um grave acidente onde envolveu várias pessoas.

Pois bem, muitas vezes não se pode mexer num acidentado, mas muitas vezes por atitudes espontâneas você também consegue salvar. O importante é o bom senso. O importante é que nessa hora você possa compreender em dar ou não dar o socorro a uma pessoa acidentada.

Então quero lamentar, aqui, essa questão do kit, que tem trazido tantos problemas aos motoristas do Brasil inteiro, alguns estados sabiamente cancelaram a multa ou prorrogaram por tempo indeterminado devido a escassez, a falta do kit nas prateleiras das farmácias.

Espero que o Paraná tenha bom senso e que aqui no Paraná também não se multe os motoristas porque todos sabem que estes produtos estão faltando em todas as prateleiras das farmácias do Paraná.

Agora quero fazer um pequeno reparo a uma questão mais local, lá de Cascavel. O Jornal a Gazeta do Paraná de Cascavel registrou no dia de ontem uma matéria que fala sobre os gastos e propagandas dos governos municipais e estaduais. E lá em Cascavel esse ex-Vereador é médico oftalmologista Dr. Edimar Ulzefer faz o seguinte registro:(lê)

“MÍDIA TEM ARRAIÁ EM CASCAVEL

O prefeito Salazar Barreiros gasta 14,4 salários mínimos por dia (R\$1.871,00) em publicidade. Sim R\$1.871,00 por dia.

A farra é grande, mas o dinheiro não é dele, logo o povo que pague.

Sempre que nosso alcaide fala, afirma que não tem dinheiro, que nada pode realizar, que pegou a prefeitura quebrada, com muitas dívidas, etc. e etc., mas também pudera, gastando 14,4 salários mínimos por dia só em propaganda, como poderia sobrar dinheiro?

Com R\$1.871,00 por dia, não tem mídia que possa criticar ou falar mal. Assim é muito fácil de ser elogiado, hein “seo” Salazar Barreiros.

R\$683.0555,04 em 1998.

Quantos milhões gastaremos e pagaremos em 1999?”

Faço esse registro porque várias e várias Prefeituras através dos seus Prefeitos dizem que é impossível administrar as finanças públicas. Não conseguem realizar obras, não conseguem pagar aluguéis, negam irresponsavelmente as suas contas, mas para aguçar as suas vaidades, gastam valores exorbitantes para fazer com que a mídia possa elogiá-los.

Faço esse registro porque estamos vivendo num país de grande escassez de grandes dificuldades, não só para os Governos Municipais, Estaduais e Governo Federal, mas vemos irresponsabilidade a mídia sendo altamente subsidiada apenas para elogiar os seus mandatários. Uma propaganda enganosa estamos assistindo que está dizendo o seguinte: Vamos sanear o seu Banco o Banco do Paraná para que você correntista, possa ter mais segurança. Este é o seu Banco, quer induzir que agora com toda a participação e a ingerência do Banco Central, o Banco ainda continua do povo do Paraná. Esta é uma propaganda enganosa, que logo quando o nosso companheiro Sérgio Spada assumir o PROCON, assumir a Secretaria do Consumidor, deveremos acioná-lo para que ele possa com responsabilidade tomar providências para que este tipo de propaganda possa não ser levada ao ar para mais uma vez enganarmos a população do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Parlamentares pela atenção a esse pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 001/99, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei dispondo que a Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., criada pela Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997, passará a denominar-se Agência de Fomento do Paraná S.A. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2174, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão

Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a Redação do Art. 1º da Lei nº 11.027 de 29 de dezembro de 1994, nele incluindo o Município de Piên. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 495/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único do Art. 2º da Lei nº 11.027, de 29.12.94, que passa a vigorar com a seguinte redação.

Parágrafo Único - A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, assim por outros municípios criados em áreas territoriais delas desmembradas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do Município de Piên, na lista dos municípios que constituem o território da Região Metropolitana de Curitiba, se faz necessária já que geográfica, histórica e economicamente encontra-se este município ligado à grande Curitiba.

Assim sendo, através de nossa medida esperamos sanar este erro de omissão cometido pelo legislador da lei que instituiu a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, quando não incluiu tão próspero município na listagem de municípios pertencentes à Região Metropolitana.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 495/97

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela visa a inclusão do Município de Piên, no rol dos Municípios que constituem a área territorial da Região Metropolitana de Curitiba, o município de Piên faz parte do Núcleo Regional Área Metro-

litana Sul, da Secretaria de Estado da Educação, assim, nada mais justo que figurar como integrante da Região Metropolitana de Curitiba.

Sob o aspecto legal, constitucional e de técnica legislativa, esta relatoria não vê nenhum impedimento para sua normal tramitação, até deliberação final pelo douto e soberano Plenário.

Recebemos, portanto, o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 07.10.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 62/98, que objetiva dar nova redação ao Art. 1º da Lei nº 8.664, de 09 de dezembro de 1987, com supressão de seu parágrafo único. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

PROJETO DE LEI Nº 540/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Art. 1º da Lei nº 8.664, de 09 de dezembro de 1987, suprimido seu parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 1º - Fica autorizada a alienação, pela via jurídica adequada e mediante o preenchimento das formalidades legais, de 100% (cem por cento) das ações pertencentes ao Banco do Estado do Paraná S.A junto ao Banco Del Paraná S.A.."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.12.98.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 540/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 62/98, que objetiva dar nova redação ao Art. 1º, da Lei nº 8.664, de 09 de dezembro de 1997, com supressão de seu parágrafo único.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma de emenda aditiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.01.99.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

Em votação o projeto.

O SR. FLORISVALDO FIER (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O item 2 Projeto de Lei 540/98. Visa mudança da Lei 8664. Nesta lei o seu parágrafo único estabelece um valor de venda das ações que o Estado do Paraná, que o BANESTADO tem do Banco Del Paraná. E no Art. 1º dela define qual é o percentual de vendas e agora pela transformação proposta não diz nada quanto a valores a serem vendidos porém, delibera e autoriza a venda de 100% dessas ações. O Banco Del Paraná que ao longo dos últimos anos ocupa o noticiário Nacional e Internacional envolvendo o Paraguai, sempre colocando como sendo usado incorretamente ou até mesmo sendo usado como meio de corrupção. É nesses momentos de crise que aparece mais de uma voz, dizendo que tal Banco deve ser vendido. Agora a venda do Banco vem de encontro a uma exigência do Banco Central, ele exige a venda não só do Banco Del Paraná, como tem exigido a venda do próprio BANESTADO como Banco Público Estadual. Num acordo assinado entre o Governo Fernando Henrique e o Fundo Monetário Internacional, estabelece que o Brasil tem que arrecadar como fruto da privatização 16 bilhões de dólares até o mês de maio deste ano. Para isso exige a venda de todas as companhias energéticas, os Bancos Públicos e a venda das Empresas de Saneamento, no caso SANEPAR e outras empresas.

Quer dizer, o acordo assinado vem de encontro as exigências do grupo dos sete países mais ricos e das grandes empresas Multinacionais. Então ideologicamente nós somos contrários a esse tipo de política econômica que está sendo desenvolvida a nível mundial e que o Governo brasileiro se submete abrindo mão de qualquer soberania nacional. Esse debate que agora vem em pauta da venda das ações do Del Paraná, vem de encontro a essas necessidades do Governo Federal de cumprir o seu acordo, mas é totalmente contra os interesses da maioria do povo que é a classe trabalhadora. Nesse sentido, achamos que o Banco Del Paraná deveria, assim como o Banco do Estado do Paraná, se administrado corretamente, fazer com que esses bancos punam todos aqueles que se envolvam em corrupção. Porque esses bancos têm capacidade de arrecadar e dar lucro, no caso do Del Paraná de arrecadar dólares no exterior. Só a privatização do BANESTADO não teria coerência. Defendemos a permanência de ambos como bancos estatais. Porque é possível administrá-los com coerência, com correção e fazer desses bancos, bancos lucrativos. Por isso votamos contrário.

Muito obrigado.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 011/98, de autoria da Comissão Executiva - Mensagem nº 63/98, que autoriza o Senhor Governador e a Vice-Governadora do Estado a ausentarem-se do País até 31.12.99 (MERCOSUL). **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. SEM PARECER. Aprovado, com voto contrário da Bancada do PT.**

DISCUSSÃO ÚNICA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam autorizados o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, e a Senhora Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado, ausentarem-se do País, até 31 de dezembro de 1999, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, quando no interesse da administração, venham ser necessárias viagens com destino a esses Países, para tratar de assuntos referentes ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.01.99.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2168, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoio do Sr. Deputado Paulo Gorski, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2164, de autoria dos Srs. Deputados Augustinho Zucchi, Nelson Justus, Joel Coimbra, Élio Rusch e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Prejudicado, face o parecer da CCJ.**

Requerimento nº 2166, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2167, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2169, de autoria do Sr. Deputado Paulo Gorski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2171, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Srs. Deputados Nereu Moura, Renato Adur, Toti Colaço e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2172, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2173, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2170, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSINI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Antes de encerrar a presente sessão, quero manifestar a minha solidariedade da Presidência da Mesa ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, porque entendemos que o ofício a ele dirigido não condiz com a capacidade, com a cultura do Procurador Geral Dr. Jacóia. Creio que o Procurado assinou esse ofício sem ter o conhecimento pleno da causa. A nossa solidariedade se reveste ainda de um caráter especial, porque o Deputado Luiz Claudio Romanelli não foi eleito. Assim sendo, desejo que esse ofício não seja recebido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, sobretudo além de ser extemporâneo e indelicado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 495/97 e 540/98.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/98.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 542/98.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
11ª ATA EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Geraldo Cartário, José Maria Ferreira, Florisvaldo Fier, Paulo Gorski, Walmor Trentini, Basílio Zanusso, Élio Lino Rusch, Edgar Bueno e mais o Deputado Valdir Rossini. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, que transcorreu conforme Notas Taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA 23ª ATA ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Florisvaldo Fier, Carlos Simões, Eduardo Trevisan, Edgar Bueno, Geraldo Cartário, Basílio Zanusso, Cesar Seleme, Walmor Trentini, Paulo Gorski, Caíto Quintana, Élio Rusch, Toti Colaço, José Maria Ferreira e mais os Deputados Orlando Pessuti e Horácio Rodrigues. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia 01) Projeto de Lei nº 540/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Joel Coimbra, na forma de emenda aditiva - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presente e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária